

# Nacionalismo e ação política: um estudo de caso sobre o jornal *O Semanário* (1956 – 1964)

Rafael do Nascimento S. Brasil\*

## Resumo:

O presente artigo apresenta uma reflexão acerca da trajetória política do jornal nacionalista *O Semanário*, tendo como marcos temporais o período compreendido entre o início do governo nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) e o golpe civil-militar de 1964. Dois objetivos guiam o sentido geral deste artigo: (i) apresentar o percurso histórico de *O Semanário* enquanto ator político de destaque naquele período, em especial, a partir das alianças tecidas entre segmentos militares e civis que, juntos, delinearão projetos político-econômicos para o conjunto da sociedade; (ii) expor as propostas veiculadas pelo periódico em torno de temas como o desenvolvimento econômico-industrial do país e a aprovação das propostas das Reformas de Base.

**Palavras-chaves:** nacionalismo; militares na política; reformas de base.

## Abstract:

*This article presents a reflection on the political history of the nationalist newspaper “O Semanário”, with the timeframes the period between the beginning of the government of national development Kubitschek (1956 - 1961) and civil-military coup of 1964. Two goals guide the direction of this paper: (i) present the historical background of “O Semanário” political prominence as an actor in that period, in particular, from woven alliances between military and civilian sectors, which together outlined political-economic projects for society as a whole, (ii) explain the proposed vehicle for the period around themes such as economic and industrial development of the country and the approval of the proposed basic reforms.*

**Keywords:** nationalism; military in politics; basic reforms.

---

\* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Este artigo é uma versão reduzida da dissertação de mestrado “Um jornal que vale por um partido – *O Semanário* (1956 – 1964)”, defendida em 2010 junto ao PPGHIS/UFRJ. E-mail: raffbrasil@yahoo.com.br.

*O Semanário* é, a um só tempo, objeto e fonte para a realização deste trabalho. O jornal fundado por Oswaldo Costa<sup>1</sup> e Joel Silveira,<sup>2</sup> em abril de 1956, na cidade do Rio de Janeiro, possuía periodicidade regular e contava com um sistema nacional de distribuição, totalizando, durante a sua existência (abril / 1956 – abril / 1964), 376 edições.<sup>3</sup> Em seus primeiros anos de funcionamento atingiu uma tiragem que se aproximava da marca de 60.000 exemplares.<sup>4</sup> Devido a restrições orçamentárias, num primeiro momento, e ideológicas, que se acirraram e determinaram o seu fechamento com o advento do golpe de 1964, o jornal teve uma trajetória histórica curta, mas diferenciada, por ter se constituído em um ponto de sustentação e aglutinação dos ideais caros ao movimento nacionalista, em que segmentos militares e civis, com projetos e formulações estratégicas para o país, desempenhavam intensa colaboração.

Durante o período em que esteve em circulação, o jornal passou por diversas mudanças em seus aspectos gráficos e jornalísticos: a forma de apresentação das reportagens, editorial, artigos, notas, entrevistas, crônicas, enquetes, cartas dos leitores, todos variavam enormemente, pois eram alocados em seções e colunas bastante instáveis no jornal. Esse caráter dinâmico também se refletiu nos colunistas e demais colaboradores – poucos foram aqueles que permaneceram por um longo período.<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup> Oswaldo Costa, seu diretor-geral, nascido no Pará, em 1900, participou das redações de vários periódicos brasileiros (Diário da Bahia, Correio da Manhã e Diretrizes). Após a vitória do golpe civil-militar, em 1964, teve seus direitos políticos cassados e amargou os cárceres da prisão. Em seguida, foi submetido, junto com sua mulher, D. Leonor Costa, a um Inquérito Policial Militar. Em 1967, devido a complicações cardíacas, veio a falecer. *Apud.* MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>2</sup> O cofundador do jornal, Joel Magno Ribeiro da Silveira, nasceu em Aracaju, no ano de 1918, e veio para o Rio de Janeiro, no ano de 1937, onde foi uma voz combatente ao regime estadonovista. Cobriu, durante dez meses, as ações da Força Expedicionária Brasileira, no curso da Segunda Guerra Mundial, na Itália, a serviço dos Diários Associados (propriedade de Assis Chateaubriand) no qual era redator. No período 1954 – 1964 foi diretor do serviço de documentação do Ministério do Trabalho. Teve participação inconstante em *O Semanário* – deixou a sua redação em janeiro de 1957 para retornar em junho, saindo, porém, novamente, em fins do mesmo ano. Ensaçou alguns regressos ao longo dos anos e só efetivou sua volta em março de 1964, ironicamente, na penúltima edição do jornal. Faleceu, em 2007, na cidade do Rio de Janeiro. *Apud.* "Joel Silveira" In.: ABREU, Alzira A. et al. (Coords.). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001, p. 5459.

<sup>3</sup> Em outubro de 1961 o jornal interrompeu sua circulação, normalizando-a apenas em maio de 1962.

<sup>4</sup> Desde os seus primórdios, o tablóide assumiu uma postura combativa, em defesa de certas causas de impacto nacional. Podemos ler em sua primeira edição, no editorial intitulado '*Profissão de fé*': "O SEMANÁRIO surge para, livre de quaisquer influências, ostensivas ou disfarçadas, de sindicatos econômicos ou políticos, dizer a verdade, tal como é, sem condescendências (...). Nossa intenção não é a de dividir, mas a de separar o joio do trigo, para melhor poder unir os brasileiros honrados e de boa vontade em torno do estudo e da motivação dos problemas fundamentais do país". *O Semanário*, Rio de Janeiro, 5-12 de abr. 1956, Edição 1.

<sup>5</sup> Nomes como Samuel Duarte, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Francisco Julião, Neiva Moreira, Saldanha Coelho, José Frejat, Antonio Garcia Filho e tantas outras figuras presentes no cenário

A análise destas questões nos remete ao nacionalismo – componente central presente nas páginas do periódico, em que se revela a estreita aliança entre setores civis e militares, como, por exemplo, formulando uma mesma política econômica, na qual o Estado aparece como elemento comum. Este constante debate, presente em *O Semanário*, estrutura um dos eixos centrais do presente artigo.

Faz-se necessário ressaltar que as Forças Armadas, antes de tudo, agentes do Estado, com funções específicas e gerais, são, portanto, marcadamente, atores políticos com uma autonomia variável. Civis e militares não estabelecem uma relação que posteriormente se politiza, já que tal relação, por si mesma, é eminentemente política. Militares e civis traçam juntos estratégias de construção do Estado brasileiro, não sem contradições e conflitos.

O entendimento acerca do Estado parte do princípio de que este se configura numa relação social dinâmica, vale dizer, nesse processo de constituição e na sua orientação resultante em dado momento histórico, ocorrem disputas e redefinições por conta da correlação de forças existentes na sociedade. O nacionalismo se insere nessa problemática da construção do Estado, no interior de uma sociedade da periferia do sistema capitalista e dos papéis desempenhados pelos militares e civis nesse processo histórico. Parte-se da premissa metodológica de que militares e civis atuam num universo ideológico marcado por interesses classistas, o que permeia as suas ações políticas.

Se considerarmos o caráter hipertardio do nosso sistema capitalista, o Estado brasileiro, desde cedo, assumiu ares intervencionistas para o desenvolvimento do capitalismo no país, encampando a ideológica legitimação de um “projeto nacional”, na medida em que determinados segmentos sociais conseguiram impor suas concepções como sendo pertinentes ao conjunto da sociedade. Dessa forma, o peso do Estado e o papel desempenhado pelas suas agências são marcas importantes nesse processo de ampliação. Assim, o Estado seguiu tornando-se “nacional” na medida em que certos temas e demandas restritas a alguns grupos sociais assumem um caráter nacional ou de interesse geral e, no mesmo movimento, ampliou os aparelhos de coerção e de

---

político e literário nacional ocuparam as páginas do periódico, comentando sobre os mais variados temas e assuntos, colaborando, dessa forma, para sua construção enquanto ator político proeminente no panorama nacional.

convencimento. Nessa operação, passou-se a apresentar o Estado enquanto órgão que paira acima dos conflitos sociais.

Deste modo, o aparelho estatal se tornou uma das principais arenas de conflito entre os segmentos que formulavam e defendiam determinados projetos de sociedade, especialmente no que tange à elaboração e execução das políticas públicas. Na conjuntura inaugurada com o pós-1930, os militares ocupavam parte considerável dos cargos no interior do Estado juntamente com diferentes frações burguesas. A convergência ideológica entre grupos civis e militares adeptos do projeto de industrialização e a correlação de forças existente permitiram a relativa predominância de aspectos nacionalistas nas políticas estatais postas em prática.

Posteriormente, burocratas e setores militares nacionalistas, membros de entidades científicas e empresários articulavam-se em defesa dessa política industrialista, legitimando-a sob o discurso do primado da técnica e da racionalidade – os órgãos da administração paralela ao longo do governo Kubitschek serão a expressão dessa ideia-força. Ocupar postos da burocracia civil e militar possibilitava articular pressões para intervir na política estatal. Pois os “técnicos” (o destaque se justifica em vista da tentativa, ideologicamente orientada, de apresentação desses técnicos como grupos apolíticos, o que contribuía para o embaçamento de sua atuação) eram pertencentes à burocracia estatal e possuíam vínculos com outras frações sociais, haja vista as acirradas disputas para a ocupação dos cargos nos distintos órgãos técnicos do governo: as articulações visavam determinados pontos da estrutura administrativa estatal e, dessa forma, as políticas públicas adotadas. Aliás, a função cumprida por esse conjunto de setores da burocracia estatal servia para garantir a estabilidade política do governo, bem como estabelecia canais de articulação e interlocução com as distintas frações civis.<sup>6</sup>

Por sua vez, *O Semanário* mantinha um sistemático programa de ação baseado na defesa nacionalista do petróleo, das areias monazíticas, dos minerais atômicos e estratégicos e da independência econômica do país através da industrialização. O esforço empreendido na tentativa de esclarecer os leitores sobre a necessidade de se compreender os problemas que assolavam o país era materializado em suas páginas através de debates entre diferentes intelectuais, da publicação de discursos, relatórios e

---

<sup>6</sup> ALMEIDA, L. F. R. de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

intervenções de parlamentares frente aos “problemas nacionais” e por meio da divulgação acerca das atividades de grupos nacionalistas espalhados pelo Brasil. Conjuntamente, o periódico construiu um dos vértices de sua atuação política na denúncia de atividades consideradas “entreguistas”, solicitando e cobrindo as atividades das Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas com este fito. Os acordos com agências norte-americanas relativos à energia atômica, os contratos irregulares firmados pela Rede Ferroviária Federal, as concessões à *American Can* e as investigações sobre as atividades ilícitas praticadas pela companhia Shell/Esso foram algumas das CPIs divulgadas pelo jornal.<sup>7</sup>

Outro foco de atenção do jornal dizia respeito às disputas eleitorais, ocorridas em 1958,<sup>8</sup> 1960 e 1962: discutiam-se os programas dos candidatos, apontando aqueles avaliados como “entreguistas” (financiados por empresas estrangeiras e defensores de interesses externos), ao mesmo tempo em que incentivava os “leitores eleitores” a cerrarem fileiras em torno dos políticos afinados com o discurso nacionalista. Alguns candidatos aos cargos de vereador, prefeito, governador, vice-governador, presidente, vice-presidente, senador, suplente de senador e deputado federal recebiam apoio e espaço disponível no jornal para apresentarem suas plataformas políticas.

O relacionamento de *O Semanário* com os demais órgãos de imprensa foi marcado pela intensa confrontação com aqueles setores acusados de manter profundas ligações com empresas multinacionais, sobretudo por identificar nessa aliança a tentativa de monopolizar as atividades jornalísticas e de transformar parte da imprensa brasileira em porta-voz de interesses imperialistas – a chamada “*imprensa sadia*”.<sup>9</sup> A articulação com setores parlamentares acabou por traduzir-se no incentivo à formação de blocos partidários com espectros políticos variados. A Frente Parlamentar

---

<sup>7</sup> RAMOS, P. de Abreu. "A imprensa nacionalista no Brasil". In: ABREU, Alzira Alves et al. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 61 – 140.

<sup>8</sup> Uma de suas palavras de ordem era “não vote nos candidatos norte-americanos, vote nos brasileiros!”. *Apud. O Semanário*, Rio de Janeiro, 7-14 de nov. 1957, Edição 83.

<sup>9</sup> Alcinha irônica, utilizada pelo jornal, para caracterizar aqueles setores da imprensa que assim se apresentavam enquanto “autênticos” defensores da liberdade de imprensa, como “representantes” da opinião pública e da “objetividade” de suas práticas jornalísticas, pautadas pela “neutralidade” e pela ausência das “paixões políticas” que caracterizariam os demais jornais. No dizer de Gondin da Fonseca, ao referir-se aos interesses que defendiam, essa imprensa seria sadia “porque come bem...”.

Nacionalista (FPN)<sup>10</sup> pode ser tomada como exemplo desses movimentos interpartidários afinados com a orientação nacionalista do periódico. Ao mesmo tempo, *O Semanário* buscava estreitar os laços com os militares nacionalistas, divulgando, a cada eleição, os programas dos candidatos à presidência do Clube Militar, por exemplo.

Imerso em um cenário de polarização político-ideológica, *O Semanário* orientou, educou e buscou construir um consenso em torno de propostas de organização da sociedade dentro de marcos nacionalistas, em que grupos sociais disputavam a hegemonia do processo social contra aqueles segmentos adeptos de um projeto político-social antagônico. Daí afirmarmos que o periódico foi portador e defensor de um projeto que possibilitasse um salto de qualidade no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Sua atuação se consolidava no ato de informar, intervir no processo político e articular os diversos setores sociais em prol de um programa nacionalista.

O movimento nacionalista desse período se caracterizava por uma intensa fluidez e pela heterogeneidade de suas fileiras. A participação de capitais estrangeiros no desenvolvimento nacional, a crença na possibilidade de ancorar aquele projeto de aprofundamento do capitalismo em bases nacionais, os debates em torno da aprovação das propostas inseridas nas Reformas de Base, e, finalmente, o envolvimento amplo e ativo das massas populares no processo político abriam fissuras nesse bloco nacionalista – tais pontos aproximavam e distanciavam seus integrantes.

O que queremos reter deste panorama é que o nacionalismo não possui nenhuma essência a-histórica, imutável e que paira sobre os sujeitos históricos de uma dada sociedade. A rigor, as características do pensamento nacionalista são moldadas pelos agentes sociais que adotam sua defesa em determinada conjuntura histórica e os contornos assumidos por esses conflitos produzem inflexões e alterações no arco de alianças do bloco nacionalista, sobretudo pelo acirramento das contradições sociais que vieram à tona na década de 1960.

A crise dos anos 1960 é resultado da combinação de múltiplas crises, algumas com raízes mais estruturais e outras de aspectos conjunturais, que pode ser apontada,

---

<sup>10</sup> Grupo político existente entre os anos de 1956 e 1964. Era marcado pela heterogeneidade de sua composição e pela defesa de ideias nacionalistas. Em sua edição 247, *O Semanário* passou a se apresentar como órgão oficial da FPN – título que ostentou por dez meses. A ligação histórica com a Frente confunde-se com a própria trajetória do jornal, já que desde a sua fundação manteve estreito contato com bases parlamentares identificadas com o seu ideário nacionalista. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 31 de jan./7 de fev. 1961.

esquemáticamente, da seguinte forma: o modelo econômico vigente no país entra em crise devido à crescente internacionalização dos segmentos mais ativos do capitalismo nacional e à alteração da posição relativa do país no sistema monopolístico internacional; o movimento sindical empreende uma luta que consegue romper certos limites do sistema de dominação política – causando fissuras no campo das alianças entre as classes dominantes; há uma intensa crise militar que se desdobra na movimentação dos subalternos das Forças Armadas e na confrontação entre as correntes militares existentes; nas áreas rurais encontra-se um forte estado de ativação do movimento camponês, em especial, sua luta pela reforma agrária; e, ainda, o fantasma da Revolução Cubana pairando sobre esse painel de conflitos e tensões sociais, contribuindo, dessa forma, para aumentar o temor subjetivo dos setores sociais dominantes.<sup>11</sup>

Os discursos em torno da defesa de um projeto industrializante para o país e os sentidos conferidos a este processo podem ser apontados como exemplar dessa fluidez do nacionalismo no sistema político brasileiro. Coesão e segurança nacionais; melhoria no padrão de vida da população e participação dos trabalhadores no processo; caminho para a emancipação nacional e defesa da participação popular para uma transformação social – eis alguns dos discursos que punham em movimento as mais diferentes frações sociais.<sup>12</sup>

Nesse sentido, a trajetória jornalística de *O Semanário* é marcada por seu envolvimento em torno das disputas pela orientação político-econômica do Estado. A sua atuação partidária não se dava em nome de um partido, mas de um programa político para o conjunto da sociedade. Vários elementos compõem o quadro das suas formulações e intervenções na arena política, pois, pretendia-se, assim, estabelecer as bases para a estruturação de seu programa. Como bem se observa, os órgãos de imprensa também podem cumprir diversos papéis sociais, como debatedores, articuladores políticos, intermediadores, etc. Dessa forma, o periódico é “suporte (senão

---

<sup>11</sup> DREIFUSS, René A. 1964: *A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981; MELO, Demian Bezerra de. *O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009; MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964 – 1969)*. São Carlos (SP): Editora da UFSCar, 1995.

<sup>12</sup> ALMEIDA, L. F. R. de. *Ideologia nacional e Nacionalismo*. São Paulo: EDUSC, 1995.

o próprio definidor, em última instância) de uma posição particular, contribuindo de maneira complexa e não isenta de contradições para a configuração cambiante tanto das palavras de ordem das alianças e oposições quanto do próprio balanço das forças”.<sup>13</sup> Essa disputa pelos rumos do Estado se traduz em um embate político entre interesses e perspectivas sociais antagônicas.

Em sua atuação política, defendendo, reiteradamente, um programa para o desempenho e posicionamento do Estado brasileiro frente a determinadas questões, *O Semanário* buscava sinalizar os rumos e os contornos da orientação do governo, valendo-se da constante pressão sobre o Congresso Nacional, discutindo e apontando os caminhos para o “desenvolvimento nacional”. Para tanto, o jornal mantinha uma ampla rede de colaboradores e formuladores de um projeto político de conteúdo nacionalista, composto por parlamentares da FPN, alguns intelectuais, setores dos trabalhadores, grupos de estudantes e militares da corrente nacionalista.

Apesar das inúmeras divergências existentes no interior do movimento nacionalista integrado pelo *O Semanário*, algumas de suas proposições encontravam certa margem de consenso dentre a diversidade de seus integrantes. Especialmente em relação a dois pontos: a nacionalização ou, por vezes, a instituição do monopólio estatal sobre certas atividades econômicas e o imperativo de disciplinar o capital estrangeiro que circulava no país. No início de 1958, *O Semanário* veiculou reportagem de forte viés nacionalista. Sob o título “Brasil: colônia de trustes” denunciava que a política de investimento do capital estrangeiro existente no Brasil era um entrave ao seu desenvolvimento industrial, pois as próprias instruções da Superintendência da Moeda e Crédito [SUMOC] contribuíam para liquidar a indústria nacional. Apontava que trustes controlavam ou se interligavam a empresas brasileiras em diversos setores: energia elétrica, comunicação, frigoríficos, laboratórios químicos e farmacêuticos, fumo, metalurgia, mecânica, transporte, seguros, editoras, cinemas e alimentos. Informava ainda que “cerca de 600 empresas subsidiárias pertencentes a 15 poderosos grupos internacionais controlam a nossa economia”. Trezentas e sessenta e sete empresas, em um universo de seiscentas, pertenceriam a dez “grupos declaradamente norte-americanos, que se entrelaçam, em seu país de origem, a cartéis que operam em várias

---

<sup>13</sup> ABREU, Alzira A. de e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”. In: GOMES, Ângela de C. (Org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 48.



partes do mundo” e os demais também estariam vinculados a grupos norte-americanos e seriam por eles controlados.<sup>14</sup>

As questões da intervenção do Estado na economia e do estabelecimento do monopólio estatal de algumas atividades econômicas eram ressaltadas como soluções de cunho nacional e popular, pois, em suas páginas, nas seguidas análises sobre o conjunto dos problemas nacionais, a adoção desse receituário era constantemente prescrita: a) a revisão e a manutenção do controle do Estado sobre o setor energético; b) a destinação de maiores volumes de investimentos à Fábrica Nacional de Motores; c) as reiteradas disputas políticas para a conservação do monopólio estatal do petróleo e da defesa incontestada da Petrobrás; d) a nacionalização dos bancos estrangeiros; e) a instituição da Eletrobrás e, depois, o seu aparelhamento para melhor desempenho de suas funções; f) a nacionalização das jazidas de ferro e o controle absoluto pelo Estado de todos os minerais atômicos e estratégicos; g) a reivindicação do controle estatal exclusivo das exportações de café; h) a desnacionalização de setores estratégicos da economia brasileira, como a indústria farmacêutica; i) o combate à “penetração cultural imperialista” nos cinemas, rádios, televisão e jornal; j) a solicitação de investimentos maciços no setor agropecuário (para a superação de sua condição “rudimentar e extensiva”) e no setor industrial, visto que este não acompanhava o “ritmo de desenvolvimento técnico”, devido à ausência de indústrias de base; k) o monopólio estatal dos transportes coletivos e serviços públicos em geral. Esta plataforma política compõe uma longa lista de exemplos das principais reivindicações nacionalistas feitas pelo jornal no decorrer de sua trajetória, embora alguns dos pontos de seu programa surgissem ou se acentuassem conforme a conjuntura, de acordo com a sua capacidade de propor soluções e angariar apoio.

Durante o governo de João Goulart (1961 – 1964), o tablóide foi um dos poucos a insistir no debate contínuo e aprofundado acerca das propostas contidas no Plano Trienal preparado pelo governo. Justificava sua posição, ainda, por se apresentar favoravelmente à adoção do planejamento estatal a fim de orientar o crescimento econômico, desde que esse contasse com a participação de lideranças populares em sua formulação. Pregava, dessa forma, a convocação por parte do governo de todos os

---

<sup>14</sup> *O Semanário*, Rio de Janeiro, 9-16 de jan. 1958, Edição 92.

segmentos sindicais, mesmo os patronais, para institucionalizar e divulgar com maior capilaridade social os preceitos do planejamento, pois apenas esse envolvimento “em termos democráticos” era capaz de romper o cerco e a capacidade de pressão dos grupos economicamente estabelecidos no país. A tarefa dos “setores responsáveis” do movimento nacionalista era a de disputar a participação política efetiva nos contornos e rumos do Plano Trienal e não, simplesmente, abandoná-lo por pura rejeição.

O planejamento econômico desacompanhado de uma mobilização popular que o fiscalize e sobre ele a cada passo opine, poderá vir a cristalizar-se no seu oposto, isto é, numa espécie híbrida de sistema econômico e político, extrapartidário, onde as fórmulas partidárias se acomodarão e, nos bastidores, acomodarão seus interesses, o tempo suficiente para desmoralizar a idéia de Plano, confundir e desorganizar a opinião pública, comprometer os foros do Estado como industrial e agente econômico.<sup>15</sup>

As discussões em torno das Reformas de Base já tinham se iniciado quando do retorno do jornal, após um período de seis meses com suas atividades suspensas. A sua atuação realizava-se na discussão e no encaminhamento de propostas que deviam constar nos projetos reformistas debatidos e votados pelo Congresso, posições que se concretizavam em artigos, entrevistas e editoriais, referindo-se aos diversos aspectos das reformas.<sup>16</sup>

A proposta de reforma agrária, ao aventar a possibilidade de mudar a estrutura rural brasileira, assumiu contornos explosivos. *O Semanário* acreditava que a reforma agrária era uma forma de modernizar as relações capitalistas no campo, fortalecendo o processo industrializante no país. Depreende-se desse conjunto de propostas o seu teor progressista, no sentido de alterar as relações capitalistas vigentes, garantindo, em contrapartida, às massas populares – trabalhadores, camponeses e setores militares – certos benefícios sociais, ao mesmo tempo em que orientava o “desenvolvimento nacional” para favorecer as indústrias brasileiras – e os setores “progressistas” das classes possuidoras –, compondo o painel mais amplo daquilo que julgava ser a consolidação do crescimento econômico do país.

Importa frisar, uma vez mais, que as pressões dos segmentos nacionalistas integrados pelo jornal, situados à esquerda do espectro político do período, em torno das propostas reformistas, não possuíam um caráter socialista; pelo contrário, o que se

---

<sup>15</sup> *O Semanário*, Rio de Janeiro, 10-23 de jan. 1963, Edições 317-318.

<sup>16</sup> O periódico analisou as propostas oficiais, contrastando-as com a apresentação das suas próprias, sobretudo as reformas agrária, bancária, tributária, política, universitária e urbana.

objetivava era a garantia de um “salto de qualidade” no sistema capitalista brasileiro, visando à possibilidade de uma gestão autônoma do “desenvolvimento nacional”. Tampouco firmava posição na tese de suprimir a Constituição Federal a fim de implantar as propostas reformistas, conforme se pode apreender no seguinte trecho publicado pelo jornal, quando do lançamento de um movimento nacional pró-reforma agrária, pelos trabalhadores rurais situados no Paraná: o mesmo surgiu “destinado a lutar por todos os meios que a Constituição assegura, por esta justa aspiração do povo brasileiro, imperativo, aliás, do nosso processo econômico”.<sup>17</sup>

Embora ancorado na defesa do cumprimento da Constituição em vigor para que a reforma agrária se efetivasse, dentro dos “marcos da lei e da paz social”, não aceitava contemporizar com o adiamento da reforma por conta do preceito constitucional de apenas permitir a desapropriação de terras mediante o pagamento em dinheiro e pelo “justo valor” da propriedade – o que, na prática, inviabilizava a reforma. Como defendia Oswaldo Costa:

O que interessa é que os imperialistas sejam expulsos do país, como o foram de Cuba (...) e a liquidação do latifúndio, que impede a penetração dos elementos de progresso no campo restringe o mercado interno e cerceia, portanto, a industrialização. (...) Não podemos perder tempo com excessivas "constitucionalidades", que não ocorreram aos bacharéis do Império, quando suprimiram o tráfico negreiro, libertaram os escravos sexagenários e nascituros e, finalmente, aboliram, SEM INDENIZAÇÃO, o elemento servil, sem necessidade de reformas constitucionais, muito embora a Carta do Império e seu Ato Adicional consagrassem o princípio da propriedade privada. (...) O interesse social a tudo isso, entretanto, sobrelevou.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> *O Semanário*, Rio de Janeiro, 3-10 de set. 1961, Edição 274. Grifos nossos.

<sup>18</sup> *O Semanário*, Rio de Janeiro, 17 de maio 1962, Edição 281, “*A união nacional que deve ser feita*”. Em matéria saudando a nova direção da FPN (esta era composta por Sérgio Magalhães, Ferro Costa, L. Brizola, A. Barreto, N. Moreira, Garcia Filho, Bento Gonçalves, entre outros), *O Semanário* destacava o termo de compromisso firmado pela mesma em torno de alguns pontos, especialmente sobre a revisão constitucional do artigo 14, parágrafo 16, “para o efeito de permitir a desapropriação por interesse social, mediante indenização pelo valor fiscal com o pagamento em títulos da dívida pública”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 7-13 de fev. 1963, Edição 321. O artigo constitucional em questão previa que toda desapropriação de latifúndio improdutivo, feita sob o ponto de vista do interesse social, só seria efetivada mediante a justa indenização ao seu proprietário e que esta só poderia ser feita com pagamento prévio e em dinheiro. MENANDRO, Heloísa. “Reformas de Base”. In: ABREU, Alzira A. et al. (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001, p. 4938-4941.

Contudo, ao realizar tal análise comparativa, Oswaldo Costa, esqueceu-se de apontar que aquela postura assumida pelo governo imperial brasileiro contribuiu para solapar suas bases de apoio social – da mesma forma que ocorreria no governo Goulart.

*O Semanário* prestou, ao longo de sua trajetória, sucessivas homenagens ao sistema democrático vigente, apesar dessas discordâncias diante de certos aspectos normativos da Constituição – daí, direcionar suas ações para promover mudanças, no marco da lei, a fim de atingir uma aceleração no grau de desenvolvimento do país. Outro ponto a ser destacado nesse caminho trilhado pelo jornal é a sua tentativa constante de arregimentar as forças sociais necessárias para que o processo de desenvolvimento brasileiro pudesse despontar, alargando, conjuntamente, as margens da democracia em vigor – como o demonstra, por exemplo, suas ações em defesa do direito de voto dos analfabetos e subalternos das Forças Armadas (assim como sua elegibilidade), o apoio às entidades sindicais “paralelas”, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), à Revolução Cubana e ao direito de greve dos trabalhadores.

Nesse sentido, buscava veicular os debates considerados importantes para o movimento nacionalista de forma geral e, ao mesmo tempo, publicava reportagens amparadas nitidamente em um viés pedagogicamente orientado a chamar a atenção e convocar amplas parcelas da população para ingressarem na luta contra as “forças entreguistas”, a favor de um projeto de emancipação nacional que melhorasse as condições de vida das massas em geral:

Vamos dar novamente [após o fim da campanha eleitoral] *a ênfase que sempre demos a nossa pregação especificamente doutrinária*, tratando em profundidade os grandes problemas do país e do mundo. Voltaremos a editar a seção estudantil e a seção internacional e passaremos a consagrar um espaço substancial aos assuntos dos Estados, ampliando, inclusive, nossa linha de colaboradores. Em suma: O SEMANÁRIO, que já vai para o seu quinto ano de existência, multiplicará os seus esforços para continuar a ser "um jornal que vale por um livro" [slogan do jornal], no esclarecimento da opinião pública, no combate à exploração imperialista e na defesa dos interesses reais do povo brasileiro.<sup>19</sup>

Essa função de publicizar o debate político e difundir as informações e ações desempenhadas pelo Estado, governos e distintos agentes sociais surgia como característica destacada de *O Semanário*. Sua participação ativa no cenário político brasileiro aponta para as possibilidades que um jornal, enquanto ator político, pode

---

<sup>19</sup> *O Semanário*, Rio de Janeiro, 15-21 de out. 1960, Edição 232. Grifos nossos.

desempenhar nos próprios rumos desse processo social. Ao engendrar a postura de disseminar e socializar os processos sociais que movimentavam as distintas classes e suas frações naquele período histórico, *O Semanário* contribuía para “desprivatizar, socializar o âmbito da política, rompendo ou reduzindo os laços diretos entre propriedade e representação social e política”.<sup>20</sup> Conforme defendia em editorial publicado em 1956:

*O povo precisa estar a par da política econômica do país, através de exposições, feitas em estilo simples didático, ao alcance de todos, dos fatos com ela relacionados. O povo precisa saber, portanto, como e quando essa política serve ou “desserve” seus interesses. E também estar atento ao que se passa no mundo misterioso dos negócios, onde a sua sorte e a de seu país são diariamente jogadas pelos grupos que manipulam a economia e as finanças da nação. Os leigos, à falta de um serviço dessa natureza, ignoram geralmente o que existe por detrás da cortina de cifras e cifrões que oculta a seus olhos a realidade da vida econômica brasileira em conexão com interesses que poucas vezes coincidem com a realidade e são causa de fenômenos e perturbações, aparentemente inexplicáveis para eles.*<sup>21</sup>

A própria atuação engajada de *O Semanário* na tarefa de difundir e orientar os debates em torno de problemas do processo social em curso e que, portanto, afetavam a vida do conjunto da população, contribuiu para alçar o patamar de conscientização e atuação política de consideráveis segmentos sociais. Os constantes e múltiplos debates protagonizados pelo jornal contribuíram para torná-lo um dos principais atores políticos daquele período histórico, cumprindo duas funções complementares e concomitantes: ser um suporte para a difusão de ideais e propostas nacionalistas frente às mais diversas questões nacionais e ponto de união entre diferentes segmentos nacionalistas do panorama político da época.

Sua atuação política rendeu uma interessante nota que contribui para dar uma ideia da existência engajada do jornal. Em sua derradeira edição, logo após o importante comício da Central do Brasil, ocorrido em 13 de março de 1964,<sup>22</sup> *O Semanário*

---

<sup>20</sup> FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p. 180.

<sup>21</sup> *O Semanário*, Rio de Janeiro, 5-12 de jul. 1956, Edição 14, “Política econômica e negócios”. A Direção. Grifos nossos.

<sup>22</sup> Organizado pela Confederação Geral dos Trabalhadores, a fim de demonstrar o apoio de amplos setores da população às propostas das Reformas de Base do governo Goulart, tal manifestação contou com a participação de duzentas mil pessoas reunidas no Rio de Janeiro. Durante a sua realização, várias personalidades políticas discursaram e Goulart anunciou várias medidas, dentre elas, a promulgação do decreto da SUPRA (Superintendência de Política Agrária) que previa a desapropriação das propriedades

afirmava que era o momento de se efetivar as medidas para o “progresso do Brasil” e junto com algumas palavras de ordem (“*CGT adverte: impeachment será a senha para a greve geral nacional*”; “*13 de março é o começo de um novo processo histórico*”; “*Não basta encampar as refinarias – chegou a hora de arrancar das mãos dos ianques o monopólio da distribuição dos produtos petrolíferos*”), trazia à primeira página, a seguinte informação:

O SEMANÁRIO NÃO CIRCULARÁ NA PAIXÃO. Como faz todos os anos, O Semanário não circulará na próxima semana, em virtude dos feriados religiosos da Paixão. Voltaremos às bancas no próximo dia 2 de abril, com uma edição comemorativa de nosso oitavo aniversário de existência – oito anos a serviço das causas populares e da libertação do Brasil.<sup>23</sup>

A comemoração nunca chegou a acontecer, pois em suas primeiras horas, os golpistas ensejaram a suspensão da edição e circulação de vários periódicos considerados “subversivos”, dentre eles *O Semanário*, que, no decorrer dos acontecimentos, com sua edição já pronta para rodar na oficina do jornal “*Tribuna da Imprensa*”, não pode ser impresso. Sua redação foi invadida e depredada no primeiro dia de abril de 1964. No dia 14 do mesmo mês, o “Comando Revolucionário” publicava decreto que cassava os direitos políticos de diversos civis e militares. Na lista, estavam alguns dos nomes que empunharam diversas lutas através das páginas do jornal: Nelson Werneck Sodré, Alberto Guerreiro Ramos, José Saldanha da Gama Coelho Pinto, Ênio Silveira, Edmar Morel e o próprio Oswaldo Costa.<sup>24</sup>

No entanto, Oswaldo Costa ainda reuniu forças para lançar o *Jornal Semanal*, no intuito de denunciar as arbitrariedades perpetradas pelos golpistas e o sentido geral daquele acontecimento. Euzébio Rocha, parlamentar responsável pelo projeto que propusera a criação da Petrobrás, assumiu, simbolicamente, a direção do periódico clandestino; Barbosa Lima Sobrinho redigiu artigos; Edmar Morel se responsabilizou em recolher os materiais no esconderijo de Costa para impressão nas oficinas da *Gazeta de Notícias*; enquanto o próprio Oswaldo Costa procurou angariar fundos para esta empreitada. A duração do novo periódico foi deveras breve (apenas três edições), resultante de uma combinação de fatores: oficinas de impressão e bancas se recusavam

---

de terras que possuíssem mais de cem hectares e estivessem localizadas às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais.

<sup>23</sup> *O Semanário*, Rio de Janeiro, 19 de mar./1 de abr. 1964, Edição 376.

<sup>24</sup> VICTOR, Mario. *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 553 – 554.

a receber o jornal e Oswaldo Costa, perseguido pelos órgãos de repressão, foi obrigado a se refugiar.<sup>25</sup>

Dessa forma, incentivando a mobilização social, *O Semanário* contribuiu para o estado de ativação popular nas áreas urbanas e rurais do país.<sup>26</sup> O jornal não apenas tomou parte ativa no conjunto de acontecimentos que marcaram o rumo do processo político brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, como buscou, incessantemente, influenciá-lo no sentido de construir e consolidar, de forma coletiva, uma proposta de emancipação nacional.

### Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira A. et al. (Coords.). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001.
- ABREU, Alzira A. de e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”. In: GOMES, Ângela de C. (Org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ALMEIDA, L. F. R. de. *Ideologia nacional e Nacionalismo*. São Paulo: EDUSC, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, M. de Moraes. "O Semanário". In: ABREU, Alzira A. et al. (Coords.). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001, p. 5345.
- FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- LEMONS, Renato. “Justiça militar e processo político no Brasil (1964 – 1968)”. In: *1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras; FAPERJ, 2004, p. 282 – 289.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964 – 1969)*. São Carlos (SP): Editora da UFSCar, 1995.
- MELO, Demian Bezerra de. *O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

<sup>25</sup> MOREL, Edmar. *Op. cit.*, p. 245-246.

<sup>26</sup> Tomamos de empréstimo a expressão utilizada por Guillermo O'Donnell.

- MENANDRO, Heloísa. "Reformas de Base". In: ABREU, Alzira A. et al. (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001, pp. 4938 – 4941.
- MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados Burocrático-autoritários*. São Paulo: Vértice, 1987.
- PEIXOTO, A. C. "O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945 – 1964)". In.: ROUQUIÉ, A. (Coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s/d. pp. 71 – 113.
- RAMOS, P. de Abreu. "A imprensa nacionalista no Brasil". In: ABREU, Alzira Alves et al. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 61-140.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- VICTOR, Mario. *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.